



Ao deixar o Planalto, ontem, Sarney acenou para o público que estava na praça dos Três Poderes

## Sarney repele fisiologia na luta pelos 5 anos

O presidente José Sarney afirmou ontem, em seu programa semanal "Conversa ao pé do rádio", que nada o desviará dos padrões da ética com a finalidade de garantir para si os cinco anos de mandato. "Nada, nada mesmo me faria sair dos padrões éticos para forçar situações" — disse o Presidente. "Nenhum ano de mandato me interessa com o comprometimento da seriedade do Governo".

Este desabafo do presidente da República deve-se a declaração de membros do Centrão — deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Lourenço (PFL-BA) — que insistem na tese de que o grupo deve ser contemplado com cargos, pelo Governo, em troca de seu apoio aos cinco anos para Sarney.

Para reafirmar sua posição, o Presidente lembrou, em seu pronunciamento, os dois memorandos por ele enviado a seus ministros, na quinta e na sexta-feira, nos quais recomenda que, no preenchimento de cargos públicos, sejam obedecidos os critérios de probidade, capacidade e confiança e que até a conclusão da Constituinte não se preencha qualquer cargo na administração.

Sarney garantiu que enfrenta os problemas por que passa seu Governo com a consciência tranquila, por estar cumprindo seu dever: "Enquanto intrigam, eu tenho que me preocupar em trabalhar. Eu estou preocupado com a inflação, que não começou no meu Governo. Estou preocupado com as dívidas externa e interna,

que não foram feitas agora. Estou preocupado com a moralidade da administração pública, em punir os atos de corrupção".

O Presidente destacou a nova etapa que pretende implantar em seu Governo, advertiu o setor privado e previu um clima de austeridade. "Estamos convictos de que começamos uma nova etapa, com uma equipe sintonizada. Vamos ter que implantar uma economia de guerra e severidade, tanto no setor público quanto no econômico. Mas advirto que não basta a iniciativa do Governo. O setor privado não pode ficar atirando pedras somente e, ao mesmo tempo, elevando preços por mera defesa contra boatos entrando na especulação", disse Sarney.

## Magalhães vê perigo de uma crise política

Recife — "Encontrei Brasília mais pessimista do que nunca", afirmou ontem o ex-governador do Estado Roberto Magalhães, ao retornar da Capital Federal onde manteve encontro com os ex-governadores Espiridião Amin (SC), e Gonzaga Mota (CE), além do senador Antônio Camargo, sobre o atual quadro partidário que segundo ele "está muito confuso".

"O Brasil vive um processo de autofagia política", o que segundo Magalhães, leva ao descrédito todas as lideranças que despontam, inclusive as da Assembléia Constituinte. O ex-governador teme que "se um nome de credibilidade não surgir, capaz de levantar a moral do País, corre-se o risco de 'contrafação' de um líder que possa empolgar a massa com falsas promessas e se constituir nun desastre semelhante aos que aconteceram na Itália e na Alemanha com a ascensão de Mussolini e Hitler".

Partidário da candidatura do empresário Antônio Ermirio de Moraes à Presidência da República, "para mim uma pessoa capaz de restabelecer a credibilidade pública neste País", Magalhães regressou do encontro, convicto de que a campanha de Ermirio "corre o risco de não decolar" em função da falta de apoio dos partidos: "os políticos, disse, temem um nome que não seja do ramo porque não querem perder sua cota condômina".

### Lacuna

Magalhães confessou-se preocupado com o manifesto feito pelo prefeito paulista, Jânio Quadros, e atento ao lançamento de seu nome à Presidência da República, pelo líder do PTB, Gastone Righi, no momento em que Ermirio postula a indicação pelo partido: "por isso, acho que querem, de qualquer maneira, fabricar um líder", afirmou.

Para o ex-governador, se por um lado os momentos de crises profundas, "como vive o Brasil hoje", proporcionam o surgimento de lideranças, "isso faz com que se atente mais para esse fato, porque um líder fabricado pode preencher a lacuna e empolgar o povo".

## Preocupado em governar

Eis, na íntegra, o texto da "Conversa ao pé do rádio":

"Brasileiras e brasileiros, bom dia.

Aqui vos fala, mais uma vez o presidente José Sarney, nesta conversa ao pé do rádio, nesta sexta-feira, dia 29 de janeiro de 1988.

Nossa fala vai começar com uma reflexão sobre a campanha brutal e insidiosa que vem sendo difundida insistentemente contra o Governo e o Presidente.

Todo mundo, a todo momento, ouve, aqui e ali, algum insulto, alguma calúnia, alguma injúria, usando a atingir a imagem do meu Governo. Porém, eu vou atravessando, conforme o meu temperamento, serenamente. Enfrentando esses problemas com a consciência tranquila do cumprimento do meu dever e do meu esforço para acertar. E os problemas que tenho não deixam tempo para essa preocupação com essa onda. Que, podemos dizer, onda de maldades. Eu não posso perder tempo, o meu tempo é precioso, porque ele deve ser destinado a tratar das coisas públicas.

Enquanto intrigam, eu tenho que me preocupar em trabalhar. Eu estou preocupado com a inflação, que não começou no meu Governo. Eu estou preocupado com as dívidas externa e interna, que não foram feitas agora. Herdei. Vem de longe. Estou preocupado com a moralidade da administração pública, em punir os atos de corrupção, identificar focos de inércia e de má-administração. Estou preocupado em implantar o vale-transporte. Estou preocupado em ampliar a distribuição de leite para as crianças. Aliás, hoje já estamos atingindo 6,2 milhões de crianças, em 338 municípios do nosso País, de maior população. Estou preocupado em construir 500 mil casas populares, pelo sistema de mutirão. Estou preocupado em facilitar a aquisição da casa própria pela classe média. Estou preocupado, finalmente, em governar.

Portanto, vamos deixar isso de lado. Eu tenho a consciência de que nenhum governo sofreu campanha tão contudente. Mas tenho a identificação dessa campanha. E que eu feri interesses políticos muito grandes e também tive uma resistência a colocar o Governo a serviço de interesses subalternos de grupos.

Eu quero também repetir ao povo brasileiro que eu não estou interessado, por motivação pessoal e de qualquer maneira, a nenhum tempo prefixado de mandato. Se eu falei em cinco anos é porque estava convicto, e estou, e assim o fazia para servir à transição; preparar o caminho do sucessor com o País normalizado. Mas nada, nada mesmo, me faria sair dos padrões éticos para forçar situações. Nenhum ano de mandato me interessa com o comprometimento da seriedade do Governo. Para reiterar essa conduta mandei dois memorandos, ontem e anteontem, aos senhores ministros.

No primeiro, eu disse: "Sr.

ministro, renovo a recomendação feita anteriormente no sentido de que, no preenchimento das funções públicas nesse ministério e órgãos subordinados, sejam obedecidos os critérios de probidade, da capacidade e da confiança. Nenhum interesse subalterno poderá ou deverá fazer o Governo afastar-se dos seus padrões éticos. O Presidente da República não tem interesse outros a defender senão os do País. Assinado, José Sarney, Presidente da República".

Mandei também um outro memorando: "Sr. ministro, em aditamento ao memorando 68, de 27 de janeiro, recomendo a esse ministério e seus órgãos subordinados que, até à conclusão da votação da Constituição, pela Assembléia Nacional Constituinte, não se preencha qualquer cargo senão dentro da absoluta necessidade administrativa. Assinado, José Sarney, Presidente da República".

Para avaliar o orçamento eu convoquei o ministério para a próxima segunda-feira, para traçar normas de sua execução. Nós vamos conversar com todos ministros para que cada um assuma a grave responsabilidade de na sua pasta fazer a execução fiel do orçamento da República. Vamos diminuir ao mínimo todos os gastos. Nenhuma despesa fora do orçamento. Aquele orçamento unificado que pela primeira vez se executa na república e que foi feito pelo meu Governo. Serão dadas ordens drásticas para consecução desses fins.

Outro assunto é que assinei ontem um decreto. Sei que é um decreto duro. Talvez poucas vezes na administração pública deste País se tenha feito um decreto em tamanha profundidade, com medidas tão severas. Nós estamos extinguindo 40 mil cargos públicos, que estão vagos em virtude de aposentadorias, em virtude de morte ou por qualquer outro motivo. Estamos proibindo contratações, suspendendo concursos públicos e tomando medidas para que este ano não sejam surpreendidos com o estouro das despesas de pessoal pela liberalidade de órgãos autárquicos, fundações e companhias estatais.

Nós estamos convictos de que começamos uma nova etapa com uma equipe sintonizada. Nós vamos ter que tomar providências de uma economia de guerra e severidade, tanto na administração pública quanto no setor econômico. Mas eu quero advertir que não basta o Governo. O setor privado não pode ficar atirando pedras somente e ao mesmo tempo elevando preços por mera defesa contra boatos ou má-fé, entrando na especulação.

Finalmente eu quero dizer, com a minha palavra de otimismo, que a luta é dura, mas nós vamos vencer. O Brasil vai em frente, mesmo contra a vontade dos pessimistas, dos agourentos, dos frustrados e dos demagogos.

Bom dia, e muito obrigado".

## Quércia prevê eleições já em novembro

O governador Orestes Quércia, de São Paulo, está convencido de que haverá eleições diretas para Presidente da República este ano, admitiu o propósito de candidatar-se à sucessão do presidente José Sarney, caso a Constituinte conclua seus trabalhos antes do final de abril ou no máximo até 10 de maio.

O JBr apurou que o governador paulista já não trabalha mais com a hipótese de eleições presidenciais em 1989 e sua única preocupação diz respeito à data do término da Constituinte, porque, em princípio, para ser candidato, Quércia terá de desincompatibilizar-se do governo de São Paulo até 14 de maio próximo.

De acordo com o artigo 15, parágrafo 6º, do projeto de Constituição que está sendo votado pela Assembléia — e sobre o qual não foi apresentada nenhuma proposta de alteração — "para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito". Portanto, se a Constituição for votada após o dia 14 de maio próximo, Quércia e todos os governadores não poderão candidatar-se à sucessão presidencial caso não tenham renunciado ao resto de seus mandatos antes daquela data.

### Perspectivas

Por sinal, esta circunstância explica, em parte, o interesse dos governadores no tocante à conclusão o mais cedo possível dos trabalhos da Constituinte. Se a promulgação da futura Carta verificar-se depois do dia 15 de maio, o mais provável é que Quércia passe a apoiar a candidatura presidencial do presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães.

Em Brasília, no entanto, havia informações desencontradas quanto à perspectiva de conclusão dos trabalhos da Assembléia. No primeiro contato de Ulysses com os líderes partidários, após a votação do preâmbulo da Carta, a impressão generalizada era a de que o ritmo de funcionamento da Assembléia ganharia maior celeridade, em função do nível de entendimento entre as diversas agremiações partidárias. Não se descartava a hipótese, porém, de sérias dificuldades para a votação de temas controvertidos, em face da premência do calendário. Em fevereiro, pelos menos duraria dez dias, na fase do carnaval, não haverá quorum na Constituinte. Depois, no final de março, haverá a Semana Santa e outra vez os trabalhos da Constituinte serão interrompidos.

### Jogo

Em face desse quadro, e ao contrário do pensamento de Quércia, muitos constituintes duvidam até de que haja eleições municipais no ano corrente. Ao se inteirarem das previsões do governador de São Paulo, alguns desses constituintes chegaram mesmo a admitir que ele, na realidade, estaria fazendo um jogo de despistamento político, pois o atraso na votação da nova Carta — embora crie problemas na área econômica — coincidiria com o interesse de Quércia, de candidatar-se à Presidência apenas em 1989. Nesse ano, o eleitorado de São Paulo terá chegado a vinte milhões de eleitores e o governador paulista acredita que terá realizado, então, obras que o credenciem no Estado e em todo o Brasil, no plano eleitoral.

## Centrão deve manter união, prega Caiado

João Pessoa — O presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado, garantiu, ontem, que os integrantes do Centrão são depositários da confiança dos ruralistas e, como tal, não devem se dispersar e sim continuar unidos "em torno dos objetivos liberais e em defesa da livre iniciativa".

Segundo ele, as "investidas esquerdizantes" feitas sobre os integrantes do Centrão, tentando vinculá-los aos defensores dos cinco anos para o presidente Sarney, têm que ser combatidas, "caso contrário, serão vitoriosas as teses demagógicas da Comissão de Sistematização".